

Conferido pelo C. E. C. DA SILVA CURSOS - CNPJ 20.321.355/0001-90

Arts. 67 e 87, Inciso III, Lei 9.394/96 de 12/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**A PSICOPEDAGOGIA E INCLUSÃO:**

**Contexto Histórico**

Narelly Rita Miranda Alves.

Najara Nabylla M. Alves.

Marta R. Scharan Lucio.

**Introdução**

A escola necessita acompanhar as transformações que acontecem no mundo. As informações são constantes na vida social e escolar, novos conhecimentos, novas formas de pensar e ver o mundo estão sendo colocadas em prática e abandonadas diariamente. O que se sabia antigamente, que se considerava como verdade absoluta, agora, ganha uma perspectiva diferente, pode ser que não seja como acreditávamos que fosse, sendo necessário rever e (re) analisarmos nossos pensamentos, convicções, conceitos e crenças nos mais variados segmentos.

Assim, é com a escola, as formas de ensinar, a visão que a mesma tem da educação e da sociedade de uma forma geral. Do tipo de cidadão que ela quer formar, se é para transformar a sua realidade, ou para somente reproduzir a que já existe. Se a visão da escola e dos educadores for transformadora e inclusiva, todos perceberam os alunos como seres diferentes e com problemas e dificuldades que com a ajuda e apoio especializado poderão solucionar ou amenizar os obstáculos que encontram nos seus caminhos educativos.

Nesse caminho de inclusão e respeito, aqueles que apresentam alguma dificuldade para aprender vêm à psicopedagogia, que oferece subsídios e recursos para que se tenha um estudo e uma leitura minuciosa dos processos cognitivos e dos mecanismos psicológicos que estão apresentando algum problema ou sintoma na situação de aprendizagem.

Estar descoberto de preconceitos, tendo um olhar voltado para o aluno global, nos seus aspectos cognitivos e afetivos, desenvolvendo a construção e a sistematização de metodologias que visam à construção de conhecimento vinculado à realidade do educando sem deixar de oferecer as novas tecnologias e possibilitando a sua formação ampla, que não exclui, nem segrega aqueles que possuem dificuldade de aprendizagem.

O fundamental nessa proposta é o trabalho interdisciplinar que vem oferecer auxílio para a educação, respeitando as características individuais de cada aluno, de cada um dos envolvidos no processo educativo. Tendo um olhar imparcial, humano, que humaniza , que agrega, que acolhe , que trata, que desvenda o que muitos querem ou desejam esconder ou que até mesmo desconhecem por falta de interesse, comprometimento,vontade ou informação.

**Desenvolvimento**

Conforme Moussatché (1997), na década de 1950, na Dinamarca havia surgido o conceito da normalização que se opunha a modalidade de educação especial segregativa e centralizadora, dando origem ao princípio de Integração. Entende-se por normalização o ato de disponibilizar ao indivíduo com alguma deficiência, tanto quanto possível, as mesmas oportunidades que são oferecidas aos demais membros da sociedade em que se insere. As lutas pelos direitos humanos, iniciadas a partir de 1960, fazem com que se enxerguem as minorias como vítimas da falta de acesso aos direitos sociais, não como pessoas incapazes e colocam a Integração como um direito humano. Para Caiado (2006), o fato de ter havido duas Grandes Guerras Mundiais fazendo com que um número expressivo de pessoas retornasse com algum tipo de deficiência, associado à escassez de mão-de-obra, favoreceram os programas que visavam a Integração. Este apoio justificou-se em diversos países como em prol do desenvolvimento, tornando-os úteis a sociedade. O movimento integracionista cresce por volta de 1970 e avança pela Europa e América do Norte. No Brasil, embora já acontecessem experiências isoladas, o marco histórico da Integração é a Constituição de 1988 que assegura direitos sociais e cidadania a todos e recomenda o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Até então, a educação especial era centrada em instituições filantrópicas, porém a maioria não recebia atendimento algum. Segundo Sánchez (2005), no início da integração escolar, classes especiais começam a funcionar dentro da escola comum, mais tarde, os alunos com deficiência passam a ser assistidos na própria classe regular, em tempo parcial, seguindo um programa de trabalho bastante diferenciado do desenvolvido pela classe e freqüentando classe de apoio para atendimento especializado. Para que essa inserção fosse possível, a criança deveria apresentar deficiência moderada, caso contrário, a escola especial seria a mais indicada. A Integração partia do pressuposto de que as diferenças individuais representavam um obstáculo à aceitação social, daí a necessidade de diminuir a diferença entre as pessoas com deficiência e a maioria da população. Com o intuito de inseri-los na comunidade para que exercessem sua cidadania, reduzem-se os espaços segregadores e procura-se esclarecer sobre suas capacidades a fim de facilitar a incorporação na sociedade. Todavia, o objetivo não foi alçando, pois as iniciativas foram poucas, muitas vezes tidas como projetos modelos. Pais contrariavam a ideia de colocar os filhos na escola regular e Secretarias de Educação preocupavam-se com gastos orçamentários devidos à redefinição de salários dos professores em classes integrativas. Por sua vez, os professores de educação especial não queriam perder seu prestígio e maiores salários enquanto que os da escola regular, não queriam ter mais trabalho do que já tinham, mesmo que percebendo maior remuneração. Glat (2006) chama a atenção para o fato do movimento não ter surgido espontaneamente a partir de reivindicações de grupos formados por pessoas com deficiência, mas de uma proposta filosófica dos profissionais envolvidos na área. Baseada em Gibbons (1986), a autora afirma que crianças com deficiência em classes “integradas” geralmente eram socialmente isoladas, mantendo contato apenas com outras crianças deficientes ou problemáticas. Em meio ao descontentamento, surge um novo paradigma, o qual considera a diferença como inerente às pessoas e a diversidade como algo comum. A Inclusão parte da premissa de que toda criança pode aprender se suas particularidades na aprendizagem forem consideradas e estabelece uma forte crítica às práticas de integração escolar, a partir daí, as escolas encontram-se frente ao desafio de educar com êxito todas e quaisquer crianças, inclusive às que apresentam deficiências graves, adaptando a aprendizagem a cada educando sem abandonar o currículo comum e proporcionando-lhes a participação plena na vida escolar e social. Para tanto, Beyer (2006) aponta a formação docente como condição básica para a condução do processo de inclusão. Deste modo, o psicopedagogo institucional, profissional que atua com o objetivo de favorecer os processos de aquisição de conhecimento, trabalha com as questões de vínculo nas relações entre professor e aluno e orienta o educador na escolha de procedimentos que integrem o afetivo e o cognitivo nas atividades a serem desenvolvidas, preocupando-se com as questões referentes ao currículo e a formação docente, pode prestar suas contribuições ao processo de inclusão escolar.

**Considerações Finais**

Com base nos resultados encontrados, podemos notar o despreparo da escola que não conta com professores capacitados para o desenvolvimento da proposta inclusiva, sobrecarrega o docente que efetiva tal tarefa e não se relaciona com os demais profissionais que acompanham o aluno com deficiência. Diante desse quadro e com base na literatura, destacamos que a presença do psicopedagogo na instituição escolar tem muito a contribuir com a inclusão no sentido de possuir uma visão contextualizada que considera a complexidade das situações educacionais e incita a colaboração de todos. Frente à diversidade, o psicopedagogo busca o ensino adaptativo para que se ajuste às características dos alunos e promova seu desenvolvimento, o que demanda por meio de consenso, a definição de objetivos, planejamento e implantação de situações de ensino adequadas, envolvendo análise e reflexão constantes. Com ênfase na dimensão coletiva, potencializa o diálogo com os profissionais que atuam junto ao aluno com deficiência em outros locais (núcleo especializado, sala de recurso, consultório, etc) e busca contribuições. Fortalece as relações entre o grupo e analisa as experiências inclusivas dos integrantes de modo a identificar aspectos positivos e negativos, e a partir de então, realizar novas experiências tomando precauções para que os obstáculos surgidos anteriormente sejam evitados. O psicopedagogo aproveita os conhecimentos e as vivências de cada um dos membros da instituição e procura apoio nos recursos e serviços que a comunidade pode oferecer. Ao estabelecer o trabalho em equipe, compartilha as responsabilidades fazendo com que o professor do aluno com deficiência não receba cargas excessivas, o que reduz consequentemente, os níveis de estresses. A fim de desenvolver a autonomia e favorecer a aprendizagem do grupo, estimula o estudo de teorias e práticas envolvendo trocas e interações entre os pares. Em relação à formação docente para inclusão, o psicopedagogo incentiva a posição ativa do professor diante do conhecimento ocasionando a valorização pela procura de respostas às queixas e preocupações mediante a reflexão teórica, ressaltando assim, a importância da pesquisa para o desempenho da função docente, sobretudo no desenvolvimento da proposta inclusiva. Em síntese, a presença do psicopedagogo na escola contribui com a inclusão ao incitar a participação de toda comunidade escolar que se volta para um ensino colaborativo onde todos são responsáveis, buscam e compartilham conhecimentos e procuram as estratégias mais adequadas às necessidades dos alunos.

**Referências**

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005. BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso: 29/06/2010 \_\_\_\_\_\_\_. Educar na Diversidade: material de formação docente. 3. ed. Brasília: Secretaria de Educação Especial

– MEC; SEESP, 2007. \_\_\_\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº. 4, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Brasília, DF, 2009. BOSSA, N. A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. CAIADO, K. R. M. O aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. Campinas. SP: Autores Associados, 2006. CASARIN, S. Reflexões sobre a integração social da pessoa deficiente. In:

MANTOAN, M. T. E. (org.) A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema, São Paulo: Memnon, 1997. CINTRA, G. M. S; RODRIGUES, S. D; CIASCA, S. M. Inclusão escolar: há coesão nas expectativas de pais e professores? Revista Psicopedagogia. São Paulo: ABPp, v. 26, nº 79, p. 55 - 64, 2009. DOTA, F. P; ÁLVARO, D. M. A. Ensino Inclusivo: aspectos relevantes. Revista Psicopedagogia. São Paulo: ABPp, v. 26, nº. 79, p. 124 - 128 , 2009. FABRÍCIO, N. M. C; SOUZA, V. C. B; GOMES, E. E. A. S. Perfil do professor inclusivo. Revista Psicopedagogia. São Paulo: ABPp, v. 24, nº. 74, p. 117 - 125, 2007. FAGALI, E.

Q; VALE, Z. D. R. Psicopedagogia Institucional Aplicada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 2054-2062 2061 FERNÁNDEZ, A. A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem, trad. Neusa Kern Hickel. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.